

A EDUCAÇÃO NA PRATELEIRA: O Serviço Social frente a Mercantilização do Ensino Universitário

Rossana Lopes Pereira de Souza¹

Resumo:

Este artigo tem como objetivo debater acerca da contrarreforma universitária brasileira e da formação profissional do assistente social. Analisa os caminhos da educação Superior no Brasil, a partir da década de 90, através de documentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e de autores como David Harvey (2001) e István Meszáros (2012). Evidencia o desmonte das Educação enquanto direito e seus laços com as agências financeiras internacionais e os rebatimentos nos cursos de Serviço Social.

Palavras-chave: Contrarreforma Universitária Brasileira, Formação e Serviço Social.

A partir dos anos 1970, após evidências do esgotamento do ciclo de acumulação do capital iniciado no pós-guerra, o declínio das taxas de crescimento e a crise estrutural dos países centrais dão forma a configuração contemporânea do capitalismo mundial.

A economia aparece como elemento determinante neste cenário de transformações societárias e demonstra com nitidez a nova crise de acumulação capitalista, baseada no modo de produção fordista e na política do pleno emprego.

Frente a isto, fez-se necessária a incorporação de “estratégias” para enfrentar a nova crise do capital. O referencial neoliberal se fortalece enquanto postulado teórico, determinando a desregulamentação dos Estados-Nação (no que faz referência às ações interventoras) e a mudança na forma de acumulação do capital, concebida como acumulação flexível (HARVEY, 1993).

Uma nova configuração produtiva, baseada no avanço tecnológico, surge utilizando os já exíguos recursos naturais, pouca mão-de-obra e flexibilizando as formas de contratação.

Desde os anos de 90, em decorrência desta política neoliberal, o Brasil inicia o processo de reestruturação do Estado e desregulamentação das relações econômicas e sociais. As influências da política neoliberal, chanceladas pelo Banco Mundial, passam a exigir uma reforma no sistema educacional nos países de capitalismo tardio para que atendam aos interesses do capital, caracterizando a contrarreforma universitária no país.

¹ *Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, bolsista CNPQ.*

Ainda na mesma década, o Banco Mundial publicou uma série de documentos que defendem a contrarreforma do Estado, estes documentos apontam de maneira expressiva para os novos papéis da educação.

Para Iamamoto (2008, p. 436), “a subordinação da educação à acumulação do capital compromete a qualidade do ensino superior e a sua função pública, gera o desfinanciamento do ensino público, desvaloriza e desqualifica a docência”, com reverberações diretas na formação do novo profissional e conseqüentemente “estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados a submissão dos profissionais às “normas do mercado” parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na questão social(2008, p.441)”.

1. CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como, por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora. III TESE SOBRE FEUERBACH

No ano de 96, o BID produziu o documento “Prioridades e Estratégia para a Educação”, em que legitima as propostas da “Conferência Mundial Educação para Todos” realizada em 1990, na Tailândia. Esta conferência foi organizada pela a Organização das Ações Unidas para a Educação (UNESCO e financiada pelo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial (BID).

O documento oriundo desta conferência nominado: “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” que contém o “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem” destaca que o ensino fundamental “surge” como a principal preocupação desses organismos em relação aos países periféricos.

Obviamente a ênfase na Educação Básica é justificada economicamente como a de menor investimento e com retorno mais rápido, assim "educando" a população, os organismos internacionais "diminuem" a tensão devido à crise econômica, sob o véu de "preparar" melhor a população para o crescimento econômico e a redução da pobreza.

O interesse do Banco Mundial direcionou-se para a educação primária, doravante considerada como a mais apropriada para assegurar às massas um ensino mínimo e de baixo custo, para a consecução das novas diretrizes de estabilização econômica que o banco irá intensificar (...) primeiramente enquanto medida de caráter compensatório para proteger ou aliviar os pobres durante os períodos de ajustamento. Em segundo lugar, enquanto fator de controle do crescimento demográfico e de aumento da produtividade das populações mais carentes. FONSECA (1995, p. 232).

Os interesses estão na mesa, busca-se o alívio das tensões sociais causadas pelo endividamento dos países periféricos que avassalou a massa dos trabalhadores, articulando com políticas públicas de "alívio da pobreza" justificando a diminuição dos gastos com a educação superior (fortalecendo a privatização da educação, recriando serviços e abrindo possibilidade de ampliação do mercado do ensino superior), promovendo o aumento do superávit primário e viabilizando o pagamento dos juros das dívidas externas destes países.

Harvey (2011, p. 91), afirma que "uma imensa quantidade de esforço, incluindo a formação de uma vasta indústria de publicidade, tem sido colocada para influenciar e manipular as necessidades, vontade e desejos", no ensejo da contrarreforma universitária abre-se mais um nicho de mercado: os diplomas de ensino superior.

Vive-se a era do conhecimento, do saber institucionalizado, diplomados em massa, mestres a rodo, doutores por demanda. O que mais será inventado pelo mercado, que se transformará em "necessidade" imediata, considerando que forma-se doutores antes dos 30 anos de idade? O que será deles cobrado quando tiverem 40 anos? E aos 50?

Segundo Mészáros,

quanto mais "avançada" a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma e na exploração de instituições educacionais, em todos níveis, desde as escolas preparatórias até a universidade, também na forma de privatização promovida com o suposto zelo ideológico pelo Estado, para a perpetuação da sociedade de mercadoria (2012, p.80).

O engodo da democratização do ensino sob a máscara da ampliação do acesso foi o tom da contrarreforma universitária brasileira, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) realizou um profundo reordenamento interno das universidades públicas, justificando a necessidade de expansão de acesso, sob o manto da privatização interna das IES públicas.

Já os anos de governança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) diversas políticas e medidas foram introduzidas objetivando responder as exigências dos organismos internacionais, mascarada pelo discurso de que se estaria promovendo o maior acesso da classe trabalhadora nas instituições de ensino superior. De fato, “nunca antes na história deste país” tantas pessoas iniciaram cursos de graduação, medidas como PROUNI, Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), regulamentação de instituições de Ensino à Distância, tornaram-se uma estratégia de mercantilização do sistema educacional brasileiro, visto a quantidade de serviços privados que se beneficiaram desta modalidade de ensino. Não está em pauta a necessidade de políticas afirmativas, como PROUNI e as cotas, contudo, não se pode ficar alheio aos reais interesses de tamanha expansão e financeirização do mercado educacional.

O acirramento da deslegitimação da educação como direito social é grave e preocupante, a substituição da universalização dos direitos e das políticas sociais pela focalização e fragmentação das mesmas expõe a situação nefrágica da educação.

Como consequência destes anos de neoliberalismo ditando as regras da educação, explode o mercado de ensino, seja pelo setor privado ou pela privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas, priorizando os cursos de curta duração (tecnólogos), cursos de EAD (ensino à distância), cursos semi-presenciais que vem envernizar o aligeiramento da formação profissional, culminando em certificação em escala astronômica.

De fato, ao pensarmos a educação e constataremos o mercado a ela atribuído, observamos que “pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria a sua base nacional”(Marx, 2013, p.41), o cursos a distância não só imprimem ao professores e educando um afastamento, como provoca este afastamento entre alunos, que já não se percebem enquanto grupo, enquanto iguais. Um pólo educacional a distância pode reunir milhares de alunos, sem que se vejam, sem que troquem experiências, mesmo que estejam geograficamente perto, ademais os que estão longe. Cabe ressaltar que o “ enfraquecimento da educação pública, paralelo ao crescimento do sistema privado, deu-se ao mesmo tempo em que a socialização se deslocou da escola para a mídia, a publicidade e o consumo” (Sader, appud Mézáros 2013, p.16).

A fala do Ministro da Educação, Aloisio Mercadante, em entrevista institucional, divulgada no site do MEC exemplifica esta tendência neoliberal, segundo ele “o segmento que mais cresce em número de matrículas são os cursos tecnológicos. Isso tem muito a ver com o atual momento do Brasil, com o mercado de trabalho aquecido” (Mercadante, 2013).

Para Marx,

Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolve-se um intercambio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como a produção intelectual. (Marx, 2013, p. 43).

Justifica-se assim a abertura de mais um nicho de mercado: o Ensino à Distância, que vem dar o dom da era do conhecimento, este enquanto matéria-prima principal das grandes empresas.

A professora Pereira, ressalta que

outro elemento ideológico sustentador da educação como meio para resolver os problemas da humanidade – sem, obviamente, questionar o sistema capitalista mundial e a sua lógica de acumulação, gerando centralização da riqueza relativamente à socialização da miséria – é a defesa, por parte dos inúmeros documentos dos organismos internacionais, de que a difusão da educação superior deve se dar fundamentalmente via ensino a distância através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (2009: 269-270).

A partir de então, a educação superior é reconhecida como uma atividade pública não-estatal, o que segundo o governo explicaria o financiamento público (direto ou indireto) para as IES privadas e o financiamento privado para as IES públicas, desta forma podemos voltar ao que Marx trouxe-se no Manifesto Comunista que “Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais, a procura por mercadorias continuava a aumentar” (Marx, 2013, p.41), inúmeros cursos rápidos, flexibilizados, de interesse mercantil passam a fazer parte do cotidiano da educação Brasil.

O discurso ideologizante proferindo que a mola propulsora da transformação social é a educação, inferindo que as desigualdades sociais e as mais variadas expressões da questão social se justificam pelo fato da grande maioria das pessoas dos países de capitalismo tardio não terem acesso a ela.

2. DIRECIONAMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ao mesmo tempo em que as políticas neoliberais adentram o país de maneira contundente, no âmbito do Serviço Social a década de noventa foi marcada por um representativo processo democrático de revisão curricular realizado pelas entidades da categoria em parceria com as unidades de ensino. Este movimento é fruto de toda a

articulação ocorrida na década anterior e principalmente resultado do Movimento de Reconceituação, intencionalmente dirigido para a ruptura do modelo conservador.

Tal movimento encabeçado pelas entidades representativas do Serviço Social, sob a coordenação da antiga ABESS² (atual ABEPSS)³ realizou diversas oficinas temáticas e fóruns de discussões para discutir o currículo vigente desde 1982 e construir um currículo comprometido eticamente com a sociedade e que se posicionasse de maneira resistente frente às transformações societárias vigente. Essa resistência é necessária devido às transformações que se manifestaram no “plano político igualmente notáveis e portadoras de novas problemáticas. Impactados pelas novas dinâmicas econômicas e socioculturais, Estado e sociedade civil (...) modificam-se nas suas esferas e nas suas relações” (Netto, 1996, pag.99).

Alguns aparatos jurídicos corroboraram para o fortalecimento do Serviço Social, iniciando pela lei de regulamentação da profissão, que apenas em 1993 é sancionada. Em novembro de 1996 é aprovada a proposta nacional de currículo mínimo para o curso de Serviço Social e em dezembro do mesmo ano foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Pontes, no documento oficial da ABESS, sobre a **REVISÃO CURRICULAR DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL - 94-98**, destaca

a presente proposta (currículo mínimo) parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas (PONTES, 1998, p. 6)

Este fato evidencia a posição de vanguarda representada pelo Serviço Social, que caminhava atento as mudanças que ocorriam no país em tempo de redemocratização, antecipando-se às orientações aprovadas na LDB, que foi fruto das metas decenais da Conferência Mundial de Educação para Todos.

No campo específico da formação profissional, mais de uma década depois a Resolução n.533/2008 regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, e, no ano de 2010, a Política Nacional de Estágio traz diretrizes para sua realização, estabelecendo um marco deste fortalecimento, de maneira congruente ao projeto de formação profissional preconizado pela categoria e não pelo mercado:

² Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

³ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71).

Na medida em que avançamos lentamente enquanto categoria, incide sobre a profissão os retrocessos cruéis do neoliberalismo de forma rápida, intensa, sedutora e aglomerada. Esta contradição posta dá origem a tantas outras, as diretrizes curriculares do Serviço Social que reivindica um profissional crítico e articulador, com propostas interventivas que estão para além das aparências dos fenômenos, está sendo formado em instituições a serviço da lógica mercantil.

O processo de formação profissional passa ter um cunho flexível e pragmático, adaptado as “novas demandas do mercado” ávido por força de trabalho “qualificada”.

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho absorve as mazelas das reformas promovidas no Ensino Superior, muitos profissionais em movimento de resistência, muitos a serviço do mercado.

E vossa educação não é também determinada pela sociedade? Pelas condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de vossas escolas etc.? Os comunistas não inventaram a intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante (Marx, 2013,p. 55).

Dados do CFESS (2010), expostos no documento “Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social” apontam que em 2010, havia no Brasil 323 instituições credenciadas a fornecer o curso de Serviço Social, entre as modalidades presenciais e a distância. Apenas 40 destas instituições são públicas com cursos presenciais, 269 são privadas com cursos presenciais, uma é pública com curso a distância e 13 são privadas com cursos á distância. As instituições de ensino a distância, nesse mesmo período, somaram um total de 65. 913 alunos matriculados.

Esta realidade de desmonte dos direitos sociais e de lógica mercantil universitária trás a tona o poder do mercado em flexibilizar as diretrizes curriculares, expondo Projetos Pedagógicos e Grades Curriculares aos seus interesses.

Pereira (2008) destaca a atual formação requerida pelo Estado, como sendo:

Uma formação aligeirada, atravessada pela lógica mercantil, com turmas abarrotadas de alunos, professores horistas em precárias condições do exercício docente e sem a possibilidade concreta de realizar a valiosa dimensão da pesquisa: tais condições esvaziam a possibilidade de formação de profissionais críticos, capazes de desvelar a realidade, sob a ótica e os interesses da classe trabalhadora. (PEREIRA, 2008a, p. 195).

Frente a isto, garantir uma formação profissional de qualidade, generalista e com enfoque na totalidade da realidade social, balizada em valores emancipatórios e na consciência de transformação societária tornou-se um imenso desafio.

A tensão se expressa agora ante a racionalidade técnica que preside o saber e o teor instrumental assumido pela razão moderna, ao tornar imediata a relação entre tecnologia e sociedade (leia-se tecnologia e mercado), em detrimento de uma relação crítico-reflexiva, com suas necessárias implicações éticas (IAMAMOTO, 2010, p.450).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação profissional do Serviço Social não está imune a esta conjuntura ideológica mandatária do capital, pelo contrário, movimentos de resistência são vistos ao mesmo tempo em que há entregas e renúncias de princípios inegociáveis da profissão, entregues de bandeja a lógica do mercado.

Nesta trajetória de formação profissional, as consequências da mercantilização do ensino podem marcar a prática profissional, pode-se identificar que apesar do “período de educação institucionalizada seja limitado sob o capitalismo a relativamente poucos anos da vida dos indivíduos, a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a sua vida” (MÉSZAROS, 2012, p.81). Essa formação flexibilizada e aligeirada pode interferir fortemente no perfil crítico que se espera do profissional do serviço social, impactando diretamente na construção das competências e habilidades profissionais e descuido com o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social.

A dimensão política e ideológica da profissão deve ser fortalecida, ampliando a concepção de educação e visando romper com a lógica mercantil.

Tem-se que pensar a profissão para além do diploma, pensar o serviço social como propositor de resistência. Resistência essa que se faz no cotidiano, nas microrrevoluções. Por que o assistente social ainda pertence a uma categoria que ousa sonhar com outro mundo possível....e isso não tem preço! Não se compra e não se vende!

REFERÊNCIAS

- ABESS. *Currículo Mínimo*: novos subsídios para o debate. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. *Proposta Básica para o projeto de formação profissional*. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio**. Brasília: ABEPSS, 2009. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/politica_nacional_estagio.pdf Acesso em 19 abr. 2011.
- ABREU, Maria Helena Elpidio. **VI Seminário Nacional de Capacitação das COFIs**. Brasília – Julho/2011. ABEPSS – Gestão 2011-2012. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/Apresentacao-cofi-abepss.pdf
- BANCO MUNDIAL. 1994. **La Enseñanza Superior – Lãs Lecciones derivadas de La Experiência**. Washington, 1994. Disponível em www.bancomundial.org.br acessado em maio/2009.
- _____. **Prioridades y estrategias para la educación**. Washington, D.C: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento / Banco Mundial, 1996.
- _____. **Estratégia para o Setor Educacional**. Washington D.C. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 1999.
- _____. **Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafios para La Educación Terciaria**. Washington D.C. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 2003.
- BRASIL. Constituição, 1988.
- _____. Presidência da República - Decreto nº 6.096, Brasília, 2007. Disponível em <http://www.dee.ufcg.edu.br/dee/arquivos/Decreto.6096.de.24.04.2007.pdf> – consultado em.
- _____. Lei nº. 11.788/2008. Promulgada em 25/09/2008.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Gerais do REUNI – Agosto de 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>
- CEFESS. **Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social**. Brasília, 2010.
- _____. **Diretrizes Curriculares**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf

_____. Resolução 533/2008. Brasília, 2008.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990), disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm acessado em outubro de 2013.

FONSECA, M. **O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional** ROMUALDO, P.O. **Política educacional: impasses e alternativas**. (org.). São Paulo: Cortez, 1995.

GREGÓRIO, José Renato Bez de. **O papel do Banco Mundial na contra reforma da educação superior no Brasil: uma análise dos documentos que precederam o REUNI**. 2012, disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN14Joserenato.pdf>

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. 1.ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Condição Pós Moderna**. 23.ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11.ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

LOPES, Maria Suzete Müller. **Formação profissional no serviço social: desafios e possibilidades do assistente social supervisor de campo**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Serviço Social. 167f. PUCRS, 2006.

MERCADANTE, Aloisio.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19077:censo-aponta-aumento-de-44-e-matriculas-superam-7-milhoes-&catid=212

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para Além do Capital**. 2.ª Edição Revisada e ampliada (1.ª Reimpressão). São Paulo: Boitempo, 2012.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Educação Superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Nº 96, Ano XXIX, p. 151-173, nov. de 2008a.

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social: Do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paul: Xamã, 2008a.

_____. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009

PONTES, Reinaldo Nobre. **REVISÃO CURRICULAR DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL – 94-98**. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-095.pdf>

PRATES, Jane Cruz. **O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social**. In: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS n. 9, ano V, jan/jun 2005 – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação**. In: Revista Princípios. Nº 47. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, novembro/97 a janeiro de 1998.

_____. **Escola e Democracia**. 36ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.